



PROGRAMA DE DISCIPLINA					
Nome da disciplina (código): Bioética (DAC4082/PCS02)					
Créditos			Carga horária total: 30 horas	Ano: 2024	Nível: Mestrado Doutorado
Total: 02	Práticos: 0	Teóricos: 02			
Pré-requisitos: Não há.			Co-requisitos: Não há.		
Professor(es) responsável(is): Profa. Dra. Raíssa Bocchi Pedroso					
Departamento: Análises Clínicas e Biomedicina (DAB/CCS/UEM)					

Ementa:

Aspectos bioéticos envolvendo seres humanos e experimentação animal.

Objetivo:

Analisar criticamente os aspectos bioéticos envolvendo seres humanos e experimentação animal.

Programa:

1. Introdução à Bioética
2. Princípios da bioética: beneficência, não maleficência, justiça e autonomia
3. Ética na pesquisa científica
4. Experimentação em seres humanos
5. Experimentação em animais
6. Alternativas à experimentação animal
7. Autoria científica
8. Ética na divulgação científica
9. Plágio e Autoplágio
10. Inteligência artificial e pesquisa científica.

Metodologia:

Aula expositiva e utilização de metodologias ativas para a compreensão e elaboração de materiais a serem discutidos sobre bioética e pesquisa.

Aprovado na 1ª Reunião do Conselho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PCS) em 05/02/2024

Profª Drª Melyssa Fernanda Norman Negri Grassi
Coordenadora PCS



Avaliação:

A avaliação será contínua, com resolução e entrega de atividades, apresentações de seminários e relatórios de discussões. Todas as avaliações terão peso 1, e a nota final será a média aritmética das atividades, valendo de 0 (zero) a 10 (dez), cada.

Conceitos:

A = 9,0 a 10,0

B = 7,5 a 8,9

C = 6,0 a 7,4

R = inferior a 6,0

Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem os conceitos A, B ou C e porcentagem mínima de frequência de 75% de presença.

Número mínimo de alunos: 03

Número máximo de alunos: 30

Aprovado na 1ª Reunião do Conselho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PCS) em 05/02/2024

Profª Drª Melyssa Fernanda Norman Negri Grassi
Coordenadora PCS



Referências:

Livros:

BEAUCHAMP, T.; CHILDRESS, Princípios de ética biomédica. 4.ed., New York: Oxford, 2002.

CLOTET, J. GOLDIM, J.R.; FRANCISCONI, C.F. Consentimento Informado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000

COSTA, S.I.F.; GARRAFA, V.V.; OSELKA, G. ORG. Iniciação à Bioética. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998

PESSINI, L; BARCHIFONTAINE, C. P. Problemas Atuais de Bioética. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000

PESSINI, L; BARCHIFONTAINE, C. P. (Orgs.). Bioética: alguns desafios. São Paulo: Edições Loyola, 2001

VEATCH, R. Medical Bioethics. Boston: Jones and Bartlett, 1997

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. Conduta ética dos pesquisadores em contabilidade: diferenças entre a crença e a práxis. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 319-337, set./out./nov./dez. 2011. Brasil.

CARRATO, Maria Aparecida Piveta. Ética na pesquisa científica com seres humanos: a dignidade como meta e como realização do Estado democrático. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/2254/1855>>. Acesso em: 19 out. 2009.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(12):3041-3050, dez, 2007.

CASTILHO EA, KALIL J. Ética e pesquisa médica: princípios, diretrizes e regulamentações. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical 2005; 38(4)344-347.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos/IMIP. Lista de checagem.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos/IMIP. Roteiro para manuseio do Módulo Pesquisador no SISNEP

Declaração de Helsinki. Associação Médica Mundial. 1964/2000.

ESTIGARA, Adriana. Consentimento livre e esclarecido na pesquisa envolvendo seres humanos: a distância entre o "dever ser" e o "ser". Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8803>>. Acessado em: 16 outubro 2019.

FAPESP. Diretrizes para as atividades científicas, de acordo com o documento Código de Boas Práticas Científicas. 2012.

GOLDIM, José Roberto. Conflito de Interesses na área da saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Capacitação para Comitês de Ética em Pesquisa – CEPs/ Ministério da Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Aprovado na 1ª Reunião do Conselho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PCS) em 05/02/2024



HARDY E, BENTO SF, OSIS MJD. Consentimento informado normatizado pela Resolução 196/96: Conhecimento e opinião de pesquisadores brasileiros. RBGO 2002; 24(1)59-65.

HARDY E, BENTO SF, OSIS MJD. Consentimento livre e esclarecido: experiência de pesquisadores brasileiros na área da regulação da fecundidade. Cad. Saúde Pública 2004; 20(1)216-223.

MELO, Ana Cláudia Raposo; LIMA, Vinicius Machado de. Bioética: pesquisa em seres humanos e comitês de ética em pesquisa. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd78/etica.htm>>. Acesso em: 21 out. 2009.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Manual operacional para comitês de ética em pesquisa / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 124 p. BRASIL.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Manual operacional para comitês de ética em pesquisa / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. – 4. ed. rev. atual. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 138 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série CNS Cadernos Técnicos).

VIEIRA S. Ética e metodologia na pesquisa médica. Rev Bras Saúde Matern Infant 2005; 5(2):241-245.

<http://www.conselho.saude.gov.br/comissao/eticapesq.htm>

FORTES, Antonio de Carvalho. Ética nas pesquisas em seres humanos. In: Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais, autonomia e direitos do paciente, estudo de casos. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1998. Cap. 8, p.105-19.

GARRAFA V, PRADO MM. Mudanças na Declaração de Helsinki: fundamentalismo econômico, imperialismo ético e controle social. Cad. Saúde Pública 2001;17(6) 1489-1496.